Art. 7.º Os segundos tenentes continuarão provisoriamente, até terminarem as provas do curso completar, collocados na escala de antiguidades conforme a classificação obtida no curso de marinha militar.

Art. 8.º A classificação definitiva é a média das seguintes cotas tomadas com os coeficientes respectivos, a saber:

- 1.º Cota final do curso de marinha militar, coeficiente 5.
- 2.º Cota do exame para segundo tenente, coeficiente 2.
- 3.º Cota do curso complementar, coeficiente 3.

Art. 9.º Continuam em vigor todas as disposições relativas ao curso complementar prescritas no decreto n.º 10:084 e que por este decreto não são expressamente revogadas.

Art. 10.º Fica revogada a legislação em contrário, nomeadamente os artigos 89.º, 103.º e § único do artigo 105.º, artigos 107.º, 108.º, 109.º e 114.º do decreto n.º 10:084.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 9 de Junho de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José Vicente de Freitas* — *José da Silva Monteiro* — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *António Maria de Bettencourt Rodrigues* — *José Bacelar Bebiano* — *Duarte Pacheco* — *Joaquim Nunes Mexia*.

Decreto n.º 15:608

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril do ano corrente, sob proposta do Ministro da Marinha: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É aumentado ao artigo 6.º do decreto n.º 14:674, de 6 de Dezembro de 1927, o parágrafo seguinte:

§ único. Os grumetes fogueiros que não logrem promoção no semestre em que façam exame para marinheiro, só repetindo-o poderão concorrer com a classificação que então obtiverem com os que fizeram exame nos semestres seguintes.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Marinha assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 21 de Junho de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Anibal de Mesquita Guimarães*.

Decreto n.º 15:609

Tornando-se necessário diferenciar os bilhetes de identidade dos oficiais da armada do activo na situação de licença ilimitada do dos oficiais do activo em efectivo serviço, visto que os decretos n.ºs 11:527 e 14:739, de 15 de Março e 13 de Dezembro de 1927, que regulamentaram o uso do mesmo bilhete, não fazem referência aos oficiais no gozo daquela licença, para evitar confusões que dão origem a reclamações das companhias de caminhos de ferro; e

Tendo o exército adoptado para os oficiais no gozo da

referida licença os bilhetes de identidade dos oficiais da reserva;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril do ano corrente, sob proposta do Ministro da Marinha:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os bilhetes de identidade dos oficiais da armada na situação de licença ilimitada são iguais aos dos oficiais na situação de reserva.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Marinha assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 21 de Junho de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Anibal de Mesquita Guimarães*.

Comissão Administrativa da Direcção da Marinha Mercante

Rectificação

No *Diário do Governo* n.º 65, 1.ª série, de 20 de Março de 1928, p. 554, coluna da direita, 1.ª linha, onde se lê: «0,45 × 0,60 ou de diâmetros», deve ler-se: «0,45 × 0,60 ou de dimensões».

Direcção Geral da Marinha, 21 de Junho de 1928. — O Director Geral, *Mariano da Silva*, contra-almirante.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto n.º 15:610

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extinto o lugar de director geral do Gabinete do Ministro e secretário geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Art. 2.º Até que seja decretada uma nova organização de serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros as funções que pertenciam ao cargo a que se refere o artigo anterior serão desempenhadas pelos chefes das Repartições de Expediente e dos Serviços Administrativos e do Arquivo e da Consulta, cada qual nos assuntos da sua competência, de harmonia com o disposto no artigo 25.º do decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911 e nos artigos 2.º, 3.º e 6.º do decreto n.º 12:824, de 30 de Novembro de 1926.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 21 de Junho de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José Vicente de Freitas* — *José da Silva Monteiro* — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *António Maria de Bettencourt Rodrigues* — *José Dias de Araújo Correia* — *José Bacelar Bebiano* — *Duarte Pacheco* — *Joaquim Nunes Mexia*.